

**ATA DA OCTOGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA
SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ.//**

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às onze horas, no Palácio Petrônio Portella, sede da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, presentes os senhores deputados: Aldo Gil, Dogim Félix, Doutor Gil Carlos, Doutor Hélio, Doutor Marcus Vinícius Kalume, Elisângela Moura, Evaldo Gomes, Francisco Limma, Franzé Silva, Gessivaldo Isaías, Gracinha Mão Santa, Gustavo Neiva, Hélio Rodrigues, Rubens Vieira, Tiago Vasconcelos, Vanessa Tapety e Wilson Brandão; ausentes os senhores deputados: Bárbara do Firmino, Doutor Felipe Sampaio, Doutor Vinícius, Fábio Novo, Hélio Isaías, Henrique Pires, Marden Menezes, Severo Eulálio, Warton Lacerda e Ziza Carvalho; e justificadas as ausências dos senhores deputados: Ana Paula, João Mádisson e Oliveira Neto; realizou-se a **OCTOGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ**, presidida pelo senhor deputado Francisco Limma e secretariada pelos senhores deputados: Vanessa Tapety e Tiago Vasconcelos. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Constatou-se a leitura da ata da sessão anterior, que foi aprovada sem retificação, além das seguintes matérias: **8 (OITO) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA: de nº 233/25**, de autoria do senhor deputado Doutor Gil Carlos, que “Reconhece como Utilidade Pública a Associação dos Apicultores de Coronel José Dias/Piauí denominada “Mel Orgânico Serra da Capivara”; **de nº 234/25, nº 235/25, nº 236/25, nº 237/25, nº 238/25, nº 236/25 e nº 240/25**, de autoria do senhor deputado Rubens Vieira, respectivamente, que “Institui, no âmbito do Estado do Piauí, a Política Estadual de Estímulo à Atenção e Inclusão da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA – nas Empresas e dá outras providências”; que “Institui, no âmbito do Estado do Piauí, a Política Estadual de Fortalecimento do Cooperativismo da Agricultura Familiar e da Agroindústria Familiar, e dá outras providências”; que “Estabelece diretrizes para a implementação de uma Política Estadual de Prevenção e Combate a Fraudes Virtuais e Crimes Cibernéticos no âmbito do Estado do Piauí e dá outras providências”; que “Estabelece as diretrizes e objetivos para a implementação da Política Estadual de Incentivo, Fortalecimento e Desenvolvimento do Terceiro Setor no âmbito do Estado do Piauí, e dá outras providências”; que “Institui, no âmbito do Estado do Piauí, a Política Estadual de Reconhecimento e Valorização da Economia do Cuidado e dá outras providências”; que “Dispõe sobre as diretrizes para

a elaboração e implementação de um Plano Estadual de Incentivo à Empregabilidade de Egressos do Ensino Técnico e Superior, no âmbito do Estado do Piauí, e dá outras providências”; e que “Institui a Política Estadual de Incentivo ao Ecoturismo e ao Turismo Sustentável no âmbito do Estado do Piauí, e dá outras providências”; **1 (UM) INDICATIVO DE PROJETO DE LEI de nº 19/25**, de autoria do senhor deputado João Mádisson, que “Acrescenta a alínea 1 ao inciso I do art. 70 da Lei nº 5.165, de 17 de agosto de 2000, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, Institui o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos”; **1 (UM) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO de nº 70/25**, de autoria do senhor deputado Franzé Silva, que “Dispõe sobre a atribuição do Título de Cidadão Honorário Piauiense ao Conselheiro Antonio Roque Citadini e dá outras providências”; **1 (UM) OFÍCIO** do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, encaminhando relatório de atividades referente ao primeiro trimestre de 2025; **1 (UMA) EMENDA DE PLENÁRIO** ao Projeto de Lei de nº 162/25, de autoria do senhor deputado Doutor Gil Carlos, que “Estabelece projeto de lei objetivando modificar o nome do Aeroporto Internacional Serra da Capivara, na cidade de São Raimundo Nonato/PI, para ser designado Aeroporto Internacional Serra da Capivara – Niéde Guidon, a título de homenagem póstuma”; e **5 (CINCO) REQUERIMENTOS** lidos: **um**, de autoria do senhor **deputado Gessivaldo Isaías**, o qual solicita à prefeitura municipal de Teresina, a implementação de uma creche no bairro Dirceu; **um**, de autoria do senhor **deputado Francisco Limma**, o qual solicita à CEPISA/EQUATORIAL providências para a viabilização de rede elétrica na comunidade Pau D’arco, no município de Parnaaguá; **um**, de autoria do senhor **deputado Doutor Hélio**, o qual solicita ao DNIT a instalação de redutor de velocidade na BR-343, à altura do Condomínio Parnaíba Residence, no município de Parnaíba; **um**, de autoria do senhor **deputado Doutor Marcus Vinícius Kalume**, o qual solicita ao Poder Executivo estadual e à Secretaria de Saúde do Estado do Piauí a implantação de um ambulatório para atender pessoas adultas com doenças raras no Hospital Getúlio Vargas, município de Teresina; e **um**, de autoria do senhor **deputado Wilson Brandão**, o qual solicita informações da Águas do Piauí sobre os investimentos para o município de Pedro II.

ORDEM DO DIA. Não houve matéria. **PEQUENOS AVISOS.** O **senhor deputado Doutor Hélio** enalteceu o trabalho do Congresso Nacional pela aprovação do projeto de lei que regulamenta as redes sociais em todo o país, bem como repercutiu projeto de lei de sua autoria, que autoriza a criação do Programa Educacional Fim de Jogo, para conscientizar crianças e adolescentes sobre os malefícios dos jogos de azar e apostas. O **senhor deputado Doutor Marcus Vinícius Kalume** destacou participação em reunião com representantes da Secretaria Estadual da Saúde, solicitando abertura de um ambulatório para atender

pacientes adultos acometidos com doenças raras. **A senhora deputada Elisângela Moura** registrou a presença, em Plenário, da senhora Jesus Galeno, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Luís Correia.

GRANDE EXPEDIENTE. O senhor deputado Aldo Gil informou que irá protocolar projeto de lei que obriga a fixação de móveis soltos nas escolas do Piauí. Em seguida, criticou o Supremo Tribunal Federal e a decisão monocrática do ministro Flávio Dino que proíbe, no Brasil, a aplicação de sentenças judiciais e leis estrangeiras que não estejam validadas por acordos internacionais. Segundo o parlamentar, a decisão traz insegurança jurídica e coloca setores importantes da economia brasileira em uma posição delicada, com riscos de multas para as instituições financeiras e de perda de investimentos no país. Por fim, fez uma análise das ações do Supremo Tribunal Federal e afirmou que as atuais decisões visam o fim da democracia brasileira. **Nada mais havendo a tratar**, o senhor presidente encerrou a sessão, do que, para constar, foi redigida e digitada a presente ata pelo setor de Redação de Atas, a qual, depois de lida, achada conforme, aprovada pelo Plenário, é inserida no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) e arquivada pela Coordenação de Registros Legislativos.//